

**Ata da 22ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima ocorrida em 20/07/2005 às 15h00 no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reunião dos Conselhos, 2º Andar**

**Participantes:**

- 1. Fernanda Bocorny Messias - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**
- 2. João Antônio F. Salomão - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento**
- 3. Laura Porto - Ministério de Minas e Energia**
- 4. Newton Paciornik - Ministério da Ciência e Tecnologia**
- 5. José Domingos Gonzalez Miguez – Secretário Executivo**
- 6. Cylon Gonçalves da Silva - Ministério da Ciência e Tecnologia**
- 7. Victor Zveibil - Ministério do Meio Ambiente**
- 8. Lindemberg Lima Bezerra - Ministério da Fazenda**
- 9. Leíza M.M. Dubugras - Casa Civil**
- 10. Raphael Azeredo - Ministério das Relações Exteriores**
- 11. Aloysio Novais da C. Silva – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Prof. Cylon Gonçalves Silva, iniciou a reunião dando boas-vindas aos membros da Comissão e informando os pontos da agenda.

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Victor Zular Zveibil, pediu a palavra para opinar sobre a questão levantada na reunião anterior de que apenas os membros da Comissão se pronunciassem como porta vozes de seus respectivos ministérios. Declarou que, apesar de concordar que apenas os representantes formais de cada Ministério devam atuar como interlocutores da Comissão Interministerial de Mudança Globais de Clima, acreditava ser necessário que, em determinados momentos, as equipes técnicas também pudessem ser ouvidas.

O Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, observou que a questão da titularidade para se pronunciar em nome do Ministério deve ser observada, por seu caráter legal. Concordou que representantes não formais possam, quando devidamente indicados pelo Ministério em questão, participar e emitir opinião, mas não poderiam ter direito a voto. Destacou, no entanto, que essa situação deva ser rara dado que a Comissão nunca deliberou por votação, buscando, sempre, o consenso.

O Prof. Cylon solicitou que os Ministérios informem com antecedência as pessoas que participarão da reunião. Solicitou, ainda, que todos os presentes na reunião se identificassem.

**1. Aprovação da Ata da 22ª reunião da Comissão Interministerial.**

A minuta de ata da 22ª Reunião foi encaminhada aos membros da Comissão com antecedência.

O representante do MMA destacou que algumas ressalvas apontadas pelo seu Ministério para um projeto não haviam sido anotadas na ata.

O Secretário Executivo informou que a ata deve ser completa no que tange as deliberações tomadas por esta Comissão. Desta forma, todas as decisões constantes da ata devem corresponder às ressalvas encaminhadas aos proponentes do projeto por ofício. No caso das observações levantadas pelo MMA, destacou que todas foram contempladas nos ofícios, sendo necessário corrigir a ata para incluir as decisões omitidas.

Não havendo qualquer outra objeção a ata foi considerada aprovada com as modificações sugeridas.

## **2. Projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

### **➤ Projetos aprovados com ressalvas em reuniões anteriores**

O representante do MCT informou que dos projetos aprovados com ressalvas na 21ª reunião da Comissão Interministerial, apenas os representantes do projeto Caieiras haviam encaminhado documentação adicional. Informou, entretanto, que a documentação havia sido encaminhada apenas em formato eletrônico, não podendo ser formalmente aceita.

O Secretário Executivo consultou a Comissão sobre a possibilidade de definir um prazo máximo para o recebimento das respostas aos ofícios encaminhados pela Comissão Interministerial aos participantes dos projetos.

Os representantes dos Ministérios concordaram que um prazo máximo para o recebimento destas respostas é razoável, pois contribuirá para evitar o acúmulo de trabalhos pendentes. Definiram como sendo de 60 dias o prazo que terão os participantes dos projetos para encaminhar suas respostas após o envio do ofício, prazo após o qual a submissão do projeto seria considerada cancelada.

### **➤ Projetos em fase de revisão**

#### **○ Projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia em São Paulo**

O Prof. Cylon informou que após a 21ª reunião a Secretaria Executiva recebeu uma carta da prefeitura de São Paulo pedindo que se reiniciasse a tramitação do projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia em São Paulo.

O Secretário Executivo destacou que de acordo com deliberação da Comissão em sua 21ª reunião foi preparado um parecer pela Consultoria Jurídica do Ministério da Ciência e Tecnologia, baseado em parecer preparado pelos técnicos da Secretaria Executiva, sugerindo que a Comissão não intervenha em questões de ordem comercial, sugerindo também algumas modificações que poderão ser acatadas em futuras resoluções desta Comissão.

O Secretário Executivo ressaltou que todos os participantes dos projetos devem, conforme os termos do artigo 3º § IV da Resolução nº 01 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, apresentar declaração de responsabilidade devidamente assinada e indicando um representante formal. Em consideração ao parecer jurídico informou que essa exigência deveria ser rigorosamente observada, inclusive quanto à autorização para assinar tal documento para todos os signatários.

Também esclareceu que a Comissão Interministerial deve estudar e prever em quais circunstâncias e quais serão os procedimentos para a suspensão da tramitação de projetos já submetidos.

Com base em parecer do MCT, a Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima deliberou pela aprovação do projeto Bandeirantes de Gás de Aterro e Geração de Energia em São Paulo com as seguintes ressalvas:

- Esclarecimento do motivo da Licença Ambiental de Operação expedida em 22 de dezembro de 2003 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente estabelecer um total de 20,32 MW instalados e o valor considerado no Documento de Concepção do Projeto para cálculo das emissões evitadas em decorrência da eletricidade deslocada da rede ser 22,2 MW instalados.
- Apresentação, como solicitado no inciso IV do Artigo 3 da Resolução nº 1 da Comissão, de declaração assinada por **todos os participantes do projeto** indicando o responsável e o modo de comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima.
- Envio dos documentos que comprovem que os representantes dos participantes que assinaram a declaração solicitada no inciso IV do Artigo 3 da Resolução nº 1 estão autorizados a fazê-lo pela parte que representam e possuem legitimidade para tanto, bem como que todos os participantes concordam com a submissão do Projeto à análise da Comissão Interministerial.
- Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido à Comissão tem caráter preliminar. O documento submetido também ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português.
  - Projeto Cosipar de energia renovável
  - Projeto de geração de eletricidade a partir de biomassa Rickli
  - Projeto Irani de geração de eletricidade a partir de biomassa

Os projetos acima não encaminharam respostas ao ofício encaminhado pela Secretaria Executiva. Desta forma, permanecem em revisão.

➤ Projetos em análise

- Projeto de biomassa Imbituva

Foram elaborados pareceres pelo MCT e pelo MMA.

A representante do Ministério das Minas e Energia informou que este projeto é o primeiro da área de biomassa a assinar acordo com o PROINFA e que o Governo Federal ainda estuda como irá definir a titularidade das Reduções Certificadas de Emissão (RCEs) oriundos destes projetos. Entretanto, informou que o seu parecer sobre este projeto ainda não está pronto, mas que

questionava como o projeto havia justificado a adicionalidade do projeto. O Secretário Executivo observou que a Comissão Interministerial não tem poder para deliberar em questões que envolvam a titularidade das RCEs.

O representante do Ministério da Agricultura questionou se não seria pertinente incluir entre as observações apontadas a questão da origem da madeira utilizada no projeto.

O Secretário Executivo informou que o projeto Imbituva utiliza resíduos de madeira e, desta forma, a sua origem é irrelevante para efeito da adicionalidade do projeto. Esclarece que para todos os efeitos resíduos de madeira são considerados renováveis em termos de MDL, já que sua disposição natural é mais danosa do que sua utilização como combustível.

A Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima deliberou que o projeto deverá ser revisto pelos proponentes, atendendo as considerações a seguir:

- Reapresentação do Anexo III da Resolução nº 1 com conteúdo suficientemente claro e objetivo, descrevendo se e como o Projeto de Biomassa Imbituva contribuirá para o desenvolvimento sustentável nos seguintes aspectos: a) sustentabilidade ambiental local; b) desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de empregos; c) distribuição de renda; e e) integração regional e articulação com outros setores. As considerações feitas no documento analisado expressam de forma vaga e indireta a contribuição do projeto nestes quesitos e não apresentam as contribuições reais do projeto para o desenvolvimento sustentável. Em particular deve ser esclarecido porque é mencionado um impacto positivo sobre a qualidade do ar, já que no cenário de base não ocorre a queima da biomassa. O cenário do projeto comparado com o cenário de base deve implicar num impacto negativo que será, este sim, minimizado com a instalação de filtros.
- Esclarecimento de quais são as práticas de disposição dos resíduos na ausência do projeto, pois o DCP e o Anexo III são contraditórios em diferentes partes. O DCP informa que os resíduos são dispostos em pilhas ou aterros sanitários e o Anexo III menciona que o material é disposto em aterros sanitários, lixões ou queimado a céu aberto.
- Esclarecimento do motivo da Licença Ambiental de Instalação expedida pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente estabelecer um total de 11,5 MW instalados e o valor considerado no Documento de Concepção do Projeto para cálculo das emissões evitadas em decorrência da eletricidade deslocada da rede ser 12,33 MW instalados.
- Esclarecimento da situação do licenciamento ambiental do projeto e correção do Relatório de Validação se for o caso. O Relatório de Validação menciona a existência de Licença Ambiental de Operação, mas foi incluída na documentação do projeto apenas a Licença de Instalação. O Relatório de Validação também menciona a necessidade de apresentação de Licença de Construção emitida pela ANEEL, documento não mencionado no Documento de Concepção do Projeto ou anexado à documentação.
- Enviar, complementando a declaração solicitada no inciso IV do Artigo 3 da Resolução nº 1 da Comissão, documentos que comprovem que os representantes dos participantes que assinaram tal declaração estão autorizados pela parte que representam e possuem legitimidade para tanto, bem como que todos os participantes concordam que o projeto seja submetido à análise da Comissão Interministerial.

- Apresentação do detalhamento do cálculo do fator de emissão da margem combinada utilizado para estimar as emissões reduzidas pela geração de energia elétrica bem como do detalhamento do cálculo das reduções de emissão de metano e da justificativa dos parâmetros adotados.
- Correção da versão em português do Documento de Concepção do Projeto (DCP). Deve ser utilizado o termo correto “Reduções Certificadas de Emissões” e não “Certificado de Emissões Reduzidas”.
- Apresentação do Relatório de Validação Final (versão para português) conforme ao Validation Report a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento em português, submetido à Comissão, tem caráter preliminar e tradução incorreta.
- Corrigir o valor da margem combinada no item 5 – Parecer sobre a Validação do Relatório de Validação. Na versão portuguesa consta o valor de 0,0521 t CO<sub>2e</sub>/MWh e na versão inglesa 0,521 t CO<sub>2e</sub>/MWh.
- No item B.3, o Documento de Concepção do Projeto – DCP descreve como pode ser demonstrada a adicionalidade do projeto, de acordo com uma análise de barreiras à implantação do projeto. Justifica-se que o projeto encontra barreiras financeiro-econômicas pelo fato de inovações tecnológicas sempre apresentarem riscos em termos de financiamento. Deve ser destacado, porém, que 7 MW de capacidade instalada do projeto de geração de energia elétrica Termelétrica Winimport S.A. já estão contratados no Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA. O DCP, entretanto, coloca que este fato não interfere na adicionalidade do projeto porque os preços praticados pelo Programa são mais baixos que os praticados pelo mercado atual de eletricidade. No DCP consta que o valor pago pelo PROINFA em maio de 2005 é de 35,31 US\$/MWh e o valor praticado pelo mercado é de 36,67 US\$/MWh. Na verdade, o valor praticado pelo PROINFA, em maio de 2005, de acordo com a atualização, pelo IGP-M/FGV, do valor publicado pela Portaria Ministerial nº. 45, de 30 de março de 2004, foi de 45,39 US\$/MWh, para o combustível resíduos de madeira. O valor atualizado para julho de 2005 é de 48,56 US\$/MWh. Além disso, o texto apresenta a informação de que, até o mês de elaboração do DCP, estavam inscritos no Programa, apenas 300 MW de capacidade instalada em biomassa. Esta informação não é correta, uma vez que todos os contratos foram assinados até o final de dezembro de 2004, e o total de contratações da fonte biomassa foi de 685,24 MW, sendo que destes, apenas 17 MW foram de empreendimentos de resíduos de madeira. Face ao exposto, solicita-se que seja reformulada a justificativa de adicionalidade do projeto, considerando que:
  - Os programas de apoio que formaram o tripé do PROINFA, juntamente com as regras claras e estáveis do Governo Brasileiro, (programa de apoio do BNDES, programa de apoio da Eletrobrás) permitiram que os riscos existentes na contratação de financiamento fossem bastante reduzidos;
  - O Valor Econômico – VE, pago pelo PROINFA, foi calculado com base em estudos mercadológicos consistentes, passou por consulta pública e foi alterado em função dos resultados deste processo, sendo, portanto, perfeitamente justo e cabível para a viabilização dos empreendimentos do setor e para a sociedade.;
  - A adicionalidade do projeto deve-se não à presença de barreiras financeiro-econômicas, mas sim à sua participação no PROINFA. Este Programa foi considerado, no âmbito do Executive Board, elegível ao MDL por se enquadrar

como uma política do tipo E- (políticas setoriais que oferecem vantagens comparativas a tecnologias menos intensivas em emissões de gases de efeito-estufa com relação às aquelas mais intensivas). Este tipo de política não deve ser considerado para o cálculo do cenário de linha de base, e, portanto, é adicional.

- Projeto de biomassa Inácio Martins

Com base em pareceres do MCT e MMA, a Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima deliberou que o projeto deverá ser revisto pelos proponentes, atendendo as considerações a seguir:

- Reapresentação do Anexo III da Resolução nº 1 com conteúdo suficientemente claro e objetivo, descrevendo se e como o Projeto de Biomassa Inácio Martins contribuirá para o desenvolvimento sustentável nos seguintes aspectos: a) sustentabilidade ambiental local; b) desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de empregos; c) distribuição de renda; e e) integração regional e articulação com outros setores. As considerações feitas no documento analisado expressam de forma vaga e indireta a contribuição do projeto nestes quesitos e não apresentam as contribuições reais do projeto para o desenvolvimento sustentável. Em particular, deve ser esclarecido por que é mencionado um impacto positivo sobre a qualidade do ar, já que no cenário de base não ocorre a queima da biomassa. O cenário do projeto comparado com o cenário de base deve implicar num impacto negativo que será, este sim, minimizado com a instalação de filtros. Deve ser corrigida a menção errônea ao Município de Imbituva assim como deve ser esclarecido o destino do combustível transportado que consta ser para o pátio da Wininport S/A. e não para o pátio da termelétrica Abílio Bórnia.
- Esclarecimento de quais são as práticas de disposição dos resíduos na ausência do projeto, pois o DCP e o Anexo III são contraditórios em diferentes partes. O DCP informa que os resíduos são dispostos em pilhas ou aterros sanitários e o Anexo III menciona que o material é disposto em aterros sanitários, lixões ou queimado a céu aberto.
- Esclarecimento do motivo da Licença Ambiental de Instalação expedida em 9 de novembro de 2004 pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente estabelecer um total de 7 MW instalados e o valor considerado no Documento de Concepção do Projeto para cálculo das emissões evitadas em decorrência da eletricidade deslocada da rede ser 12,33 MW instalados.
- Esclarecimento da situação do licenciamento ambiental do projeto e correção do Relatório de Validação se for o caso. O Relatório de Validação menciona a existência de Licença Ambiental de Operação, mas foi incluída na documentação do projeto apenas a Licença de Instalação. O Relatório de Validação também menciona a necessidade de apresentação de Licença de Construção emitida pela ANEEL, documento não mencionado no Documento de Concepção do Projeto ou anexado à documentação.
- Apresentação, como solicitado no artigo 3º § IV da Resolução 01 de 11 de setembro de 2003 da Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima, de declaração assinada por **todos os participantes do projeto**, constando o nome do mesmo e estipulando o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima. Enviar, juntamente com a declaração solicitada no inciso IV do Artigo 3 da Resolução nº 1 da Comissão, documentos que comprovem que os representantes

dos participantes que assinaram tal declaração estão autorizados pela parte que representam e possuem legitimidade para tanto, bem como que todos os participantes concordam que o projeto seja submetido à análise da Comissão Interministerial.

- Apresentação do detalhamento do cálculo do fator de emissão da margem combinada utilizado para estimar as emissões reduzidas pela geração de energia elétrica, bem como do detalhamento do cálculo das reduções de emissão de metano e da justificativa dos parâmetros adotados.
- Apresentação do Relatório de Validação Final (versão para português) conforme ao Validation Report a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento em português, submetido à Comissão, tem caráter preliminar e várias incorreções de tradução.
  - Projeto de mitigação de GEE da Granja Becker

Foram elaborados pareceres pelo MCT e pelo MMA.

O representante do MAPA observou que projetos como o Granja Becker são de grande importância no ponto de vista de seu Ministério e ponderou que acredita que a Comissão Interministerial não deva adotar uma postura muito rígida na análise do Anexo III da resolução 01. Acrescentou que a Comissão deva ser mais didática na formulação de seus requisitos. Argumentou que, apesar de concordar que alguns itens do Anexo III da resolução 01 poderiam ser melhor desenvolvidos, como, por exemplo, a questão que trata da geração de empregos, acredita que, de uma forma em geral, o projeto é claramente relevante no que se refere à contribuição para o desenvolvimento sustentável.

O Secretário Executivo esclareceu que, muitas vezes, o Anexo III é construído apresentando dados gerais da empresa e suas ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, enquanto o que se espera é que se apresente os impactos específicos do projeto sobre o desenvolvimento sustentável. Informou ainda que a experiência da Comissão Interministerial tem mostrado que os desenvolvedores de projeto usualmente encaminham uma primeira versão do Anexo III muito sucinta e incompleta, e que após o pedido de revisão este documento é encaminhado adequadamente.

A Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima deliberou que o projeto deverá ser revisto pelos proponentes, atendendo as considerações a seguir:

- Complementação das informações contidas do Anexo III da Resolução nº 1 descrevendo se e como o Projeto de Mitigação de Gases de Efeito Estufa da Granja Becker contribuirá para o desenvolvimento sustentável, de forma mais clara e objetiva, principalmente nos seguintes aspectos: a) desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de empregos; b) distribuição de renda; c) capacitação e desenvolvimento tecnológico; e d) integração regional e articulação com outros setores. Devem ser identificadas e enfatizadas as contribuições que podem ser de fato atribuídas à implantação da atividade de projeto adicionalmente a outras atividades das empresas proponentes do projeto.
- Apresentação, como solicitado no inciso IV do Artigo 3 da Resolução nº 1 da Comissão, de declaração assinada por **todos os participantes** do projeto estipulando o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial de Mudança Global

do Clima. Segundo consta do PDD tanto a Granja Becker quanto o AgCert Canadá Co. são participantes do projeto e somente a AgCert assina o documento que foi encaminhado a essa Comissão.

- Envio, juntamente com a declaração solicitada no inciso IV do Artigo 3 da Resolução nº 1 da Comissão, de documentos que comprovem que os representantes dos participantes que assinaram tal declaração estão autorizados pela parte que representam e possuem legitimidade para tanto, bem como que todos os participantes concordam com a submissão do projeto à análise da Comissão Interministerial.
- Esclarecimento da situação jurídica da “Granja Becker” e reapresentação dos documentos relevantes. Várias licenças, procurações e documentos foram apresentados em nome de pessoas e empresas que não constam como participantes da atividade do projeto, como “Fazenda Macaúbas”, “Granja Tia Izaura” e “Darci Antonio Moro e Outros”.
- Esclarecimento da situação do projeto quanto ao licenciamento ambiental. Foram identificadas informações contraditórias no Documento de Concepção do Projeto e no Relatório de Validação. A Licença Ambiental de Operação apresentada está com a validade expirada.
- Apresentação de carta-convite ao órgão ambiental municipal, conforme o inciso IV do Artigo 3 da Resolução nº 1 da Comissão ou declaração sobre a inexistência de tal órgão no município.
- Apresentar documentação que comprove o estabelecimento da Entidade Operacional Designada (TÜV SÜD) no Brasil, de acordo com o Artigo 4 da Resolução nº 1 da Comissão.
- Apresentação do Relatório de Validação Final a ser enviado ao Conselho Executivo do MDL para registro. O documento submetido ressalva a não aprovação do projeto pela Autoridade Nacional Designada. O Relatório deve ser apresentado em inglês e com versão conforme para português (o texto em português da versão atual apresenta inúmeras incorreções em relação ao texto em inglês, dificultando a sua leitura e muitas vezes deturpando o sentido original).
  - Projeto Captura e combustão de gases de efeito estufa provenientes do manejo de dejetos em Faxinal dos Guedes e Toledo

Foram elaborados pareceres pelo MCT, pelo MMA e pelo MME.

A Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima deliberou pela aprovação do projeto com as seguintes ressalvas:

- Esclarecimento da situação real do licenciamento ambiental do Projeto. Na Seção F.1 do Documento de Concepção do Projeto consta que as licenças ambientais associadas aos empreendimentos localizados em Toledo teriam sido emitidas. Contudo, os Relatórios de Inspeção Ambiental nº 22 e nº 23 /DEPOL/ERTOL/2005 ressaltam que o processo de requerimento de Licenciamento Ambiental da atividade de suinocultura deverá ser protocolado junto ao escritório regional do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Adicionalmente, o Relatório de Validação do projeto mostra que as granjas de Toledo solicitaram a Licença Ambiental e uma Avaliação de Impacto Ambiental está em processo de análise pelo IAP.



- Esclarecimento da informação, contida na página 8 do Documento de Concepção do Projeto, sobre a aplicação do lodo em campos próximos, onde é informado que as emissões de metano e óxido nitroso podem ser consideradas insignificantes, pois não existem condições anaeróbicas. Essa observação é válida em relação ao metano, mas não em relação ao óxido nitroso e, portanto, seria necessário avaliar quais seriam as emissões de N<sub>2</sub>O pela aplicação do lodo no campo comparadas com o procedimento na linha de base.
  - Projeto de gás de aterro Anaconda

Foram elaborados pareceres pelo MCT e pelo MMA.

O Secretário Executivo destacou o fato que a Entidade Operacional Designada (DNV) considera que as emissões associadas ao consumo de energia elétrica pelo projeto são irrelevantes. No caso de outros projetos que deslocam energia elétrica da rede, a mesma Entidade Operacional utiliza um fator de emissões em torno de 0,5 tCO<sub>2</sub>/MWh.

A Comissão Interministerial de Mudanças Globais de Clima deliberou que o projeto deverá ser revisto pelos proponentes, atendendo as considerações a seguir:

- Reapresentação do Anexo III da Resolução nº 1 com conteúdo suficientemente claro e objetivo, descrevendo se e como o Projeto de Gás do Aterro Anaconda contribuirá para o desenvolvimento sustentável e complementando as informações nos seguintes aspectos: b) desenvolvimento das condições de trabalho e geração líquida de empregos; c) distribuição de renda; e e) integração regional e articulação com outros setores. As considerações feitas no documento analisado expressam de forma vaga e indireta a contribuição do projeto nestes quesitos e não apresentam as reais contribuições do projeto para o desenvolvimento sustentável. Ressalta-se que deve ficar claro, nas explanações, quais as contribuições que podem ser de fato atribuídas à implantação da atividade de projeto adicionalmente a outras atividades das empresas proponentes.
- Fundamentação ou correção de informações superficiais em trechos do Documento de Concepção do Projeto sobre os aspectos ambientais da atividade de projeto, onde é afirmado que “qualquer impacto que as atividades do projeto possam causar será necessariamente positivo” ou “o projeto somente pode trazer contribuições positivas ao ambiente”.
- Apresentação da Licença Ambiental de Operação atualizada substituindo a Licença de Operação a Título Precário nº 38000100, emitida em 21/09/2004, que teve a validade expirada em março de 2005.
- Apresentação do detalhamento do cálculo das reduções de emissões e justificativa dos parâmetros utilizados. Revisão do cálculo das emissões do projeto considerando as emissões devido ao consumo de energia elétrica da rede. O Relatório de Validação afirma que esse cálculo seria desnecessário. Por outro lado, a mesma Entidade Operacional Designada validou projeto onde essas emissões são calculadas.
- Apresentação da versão em português do Documento de Concepção do Projeto(DCP) conforme ao documento em inglês (PDD). A versão em português apresenta várias incorreções de tradução. Em particular, deve ser utilizado o termo correto “Reduções Certificadas de Emissões” e não “Certificado de Redução de Emissão”.

➤ Projetos Submetidos após a última reunião

O Secretário Executivo informou que dois novos projetos haviam sido submetidos. Foram identificados pequenos problemas de documentação que os proponentes se comprometeram a sanar rapidamente. Os projetos são:

- BK Energia Itacoatiara Ltda
- Pesqueiro Energia, Projeto de Pequena Central Hidrelétrica

### **3. Definição de Comunidades de Baixa Renda.**

O Representante do Ministério da Fazenda apresentou um estudo sobre definições nacionais de comunidades de baixa renda. Suas principais conclusões foram as seguintes: não existe uma definição nacional para comunidades de baixa renda; qualquer critério adotado pela Comissão Interministerial será arbitrário; uma definição possível seria a utilização uma porcentagem do salário mínimo; a utilização de critérios definidos pelo IBGE ou IPEA seria também pertinente e relevante.

O Secretário Executivo destacou que a utilização do índice IDH-Renda dos municípios cumulativamente com a renda familiar poderia ser uma forma interessante de definir comunidades de baixa renda. Sua proposta seria de que para ser elegível com projetos MDL Florestal de pequena escala o município deveria ter IDH-Renda inferior a 0,65 e os membros da comunidade deveriam ter renda mensal per capita de até meio salário mínimo.

O representante do MAPA indagou se a utilização deste índice não seria demasiadamente restritiva, deixando assim um elevado número de municípios fora da definição de baixa renda e conseqüentemente inelegíveis para atividade de MDL Florestal de pequena escala.

O representante do MRE sugeriu que uma alternativa ao critério proposto pelo Secretário Executivo seria a utilização de um índice mais flexível. Neste sentido, ao invés de utilizar o índice de renda municipal concomitantemente à renda per capita da comunidade, seria mais interessante utilizar um ou outro índice.

O Secretário Executivo informou que o Dr. Guido Gelli do IBGE, representante titular Ministério do Planejamento havia informado, por telefone, que estava preparando um documento para a Comissão Interministerial contendo propostas de definições de comunidades de baixa renda. Desta forma, sugeriu que a Comissão postergasse novamente a deliberação sobre este assunto, o que foi acordado.

#### 4. Outros assuntos.

O Secretário Executivo informou ter recebido um *e-mail* de ampla circulação que apresenta reclamações sobre a eficiência dos trabalhos da Comissão Interministerial. Na sua avaliação, este tipo de reclamações deverá continuar ocorrendo, apesar de todos os esforços empreendidos por esta Comissão, devido à aproximação do prazo final para submissão de projetos MDL que visem requerer Reduções Certificadas de Emissões a partir do ano 2000. Declarou que já em resposta a tais pressões, a Comissão Interministerial passou a se reunir com frequência mensal, dando maior celeridade a seus trabalhos e evitando repercussões negativas na mídia.

O representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Dr. João Antônio Fagundes Salomão, observou que a Comissão Interministerial deveria assumir uma postura pró-ativa no sentido de esclarecer e divulgar os procedimentos internos de aprovação de projetos.

A Dra. Laura Porto, representante do Ministério das Minas e Energias, concordou que ainda há muita desinformação, inclusive no que se refere à visão que boa parte da sociedade civil tem sobre o papel da Comissão Interministerial. Desta forma, reafirmou a importância de novas medidas esclarecedoras, sugerindo a produção de um seminário de capacitação.

O Secretário Executivo apesar de não discordar da opinião dos demais colegas, esclareceu que já existe uma cartilha, disponível na página da Comissão, que informa didaticamente todos os procedimentos para a submissão de projetos MDL. Quanto ao seminário, esclareceu que tal atividade já foi realizada no passado e que, na prática, não obteve o objetivo desejado, uma vez que os tomadores de decisão acabam não comparecendo a eventos como este e indicam representantes.

O Secretário Executivo observou que as pessoas que trabalham diretamente na área já conhecem os procedimentos de submissão de projetos MDL, entretanto têm sistematicamente submetido projetos de baixa qualidade à Comissão Interministerial.

O Representante do Ministério do Meio Ambiente ressaltou que a prática de submissão incompleta tem sido recorrente em outros fóruns em que participa.

O representante do Ministério da Ciência e Tecnologia, Prof. Cylon, concordou com o Secretário Executivo que tecnicamente a realização de um seminário é uma medida pouco eficaz, mas reconheceu sua importante conotação política e, desta forma, seu efeito benéfico em termos de ação pró-ativa da Comissão Interministerial.

O representante do Ministério do Meio Ambiente indagou se seria possível que projetos envolvendo aterros sanitários pudessem ser submetidos sem a aquiescência do poder público local.

O Secretário Executivo informou que este caso tem sido, na realidade, a regra geral, pois de todos os projetos de aterro sanitário já submetidos à Comissão Interministerial, o único que tinha o poder público local como participante direto foi o projeto Bandeirantes em São Paulo. Os demais eram sempre compostos por empresas privadas responsáveis pela administração do aterro já licenciados pelas autoridades públicas locais, porém sem o seu envolvimento direto.

O Secretário Executivo informou ter recebido uma carta da UNICA solicitando que a Comissão Interministerial requisitasse ao Conselho Executivo uma definição de Linha de Base para projetos MDL no Brasil que utilizam energia renovável para a produção de energia elétrica. A esse respeito lembrou que a definição de linha de base é feita projeto a projeto, e que não era atribuição do Conselho Executivo sua definição. Da mesma forma, não seria do interesse do governo brasileiro a definição de uma linha de base padrão para projetos energéticos.

O Representante do Ministério da Fazenda informou que o Banco Central já está se preparando para estabelecer as regras para a internalização dos recursos decorrentes da comercialização dos RCEs. Enquanto isto, regras transitórias foram definidas e deverão ser discutidas diretamente com o Departamento de Capital Estrangeiro e Câmbio. Informou que as normas definitivas devem entrar em vigor em alguns meses.

Não havendo outros assuntos a tratar, o Secretário Executivo, Dr. José Domingos Gonzalez Miguez, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.